

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, PRESERVAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PROPOSTA PARA O PAÍS ATRAVÉS DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA¹

Rossano Lopes Bastos

A tese procurou trazer uma contribuição para a Arqueologia a nível nacional, pois além dos dezoito anos de experiência dedicados ao trabalho, à pesquisa e à preservação do patrimônio arqueológico no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aliamos conceitos interdisciplinares, transdisciplinares e interinstitucionais à problemática da preservação dos bens arqueológicos nacionais.

Nestaperspectiva, associamos conceitos de patrimônio arqueológico, de preservação e de representações sociais, acreditando ser este o caminho eficiente e justo para a solução dos problemas identificados na “apropriação do saber” sobre o patrimônio arqueológico. Para embasar nossas análises e propostas, realizamos um estudo junto às comunidades do litoral Sul de Santa Catarina, onde ocorre grande diversidade de sítios arqueológicos (sambaquis, acampamentos pré-históricos, sítios cerâmicos, sítios históricos, petroglifos, oficinas líticas, dentre outros).

A idéia que defendemos é que não há preservação sem a participação da comunidade e, para que possamos envolvê-la, é necessário alcançarmos o que ela pensa sobre o patrimônio arqueológico.

Nossa pesquisa, baseada na aplicação de questionários, centrou-se em quatro municípios (Jaguaruna, Laguna, Tubarão e Imbituba), nos quais ocorre expressivo número de sítios arqueológicos de alta visibilidade (sambaquis) e onde a 9ª Superintendência Regional do IPHAN tem uma longa história de atuação.

Os resultados das pesquisas foram em certa medida surpreendentes, revelando que, no que concerne ao tipo de sítio arqueológico questionado (sambaquis), entre 70% (em Imbituba) e 100% (em Jaguaruna) dos entrevistados já tinham ouvido falar. Quanto ao conhecimento da existência de norma legal de proteção aos sítios arqueológicos, o percentual de conhecimento variou entre 35% (em Imbituba) e 65% (em Laguna). No que

concerne à existência do órgão de proteção ao patrimônio (IPHAN), em Imbituba ninguém jamais tinha ouvido falar e, nos municípios com maior percentual de respostas positivas (Jaguaruna e Tubarão), apenas 20% sabiam que existia o órgão. Em Laguna, onde o IPHAN tem um escritório há mais de 15 anos, apenas 10% dos entrevistados tinham ouvido falar do IPHAN. Para a questão, passada aos que sabiam da existência de um órgão de proteção ao patrimônio, sobre qual seria esse órgão, as respostas que mencionaram o IPHAN foram 10% em Laguna, 18% em Jaguaruna e Tubarão e nenhuma em Imbituba. Dentre os órgão mencionados, constaram a Polícia Ambiental, a Polícia Federal, a Prefeitura, o IBAMA, o Governo, a FATMA, a F.C.C., Empresas e Outros!:

No que se refere à importância dos sambaquis, entre 55% (em Imbituba) e 90% (em Jaguaruna) dos entrevistados ressaltaram a importância desses sítios. Já quanto à percepção do processo de formação desses sítios, o mundo representacional dos entrevistados ficou mais claro: 22,5% dos entrevistados atribuíram a causa da formação dos sambaquis a índios ou antepassados; 67,5% a causas naturais ou não sabiam as causas e 10% a Deus.

Perguntados se já viram ou ouviram falar de alguma exposição, palestra, aula, pesquisa ou outra atividade envolvendo sambaquis ou sítios arqueológicos na região, as respostas foram negativas entre 40% dos casos (em Laguna) a 85% (em Imbituba).

Nossa intenção, com a análise feita, em que concluímos que as causas do desconhecimento público sobre o patrimônio arqueológico nacional é de responsabilidade tanto dos profissionais de arqueologia quanto do órgão de proteção ao patrimônio arqueológico nacional, foi oferecer à sociedade, à comunidade arqueológica e aos órgãos de preservação uma perspectiva de atuação que contemple as diversas nuances que encerram a pesquisa, o conhecimento, a valorização e a verdadeira apropriação por parte da população do patrimônio arqueológico, como única alternativa de incentivo a atitudes concretas e conseqüentes de preservação.

Para tanto, apresentamos algumas alternativas, objetivando edificar a ponte entre a comunidade, o patrimônio e a preservação, tais como: o fortalecimento das instâncias administrativas que

¹ Tese de Doutorado defendida em dezembro de 2002, junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz de Moraes. O texto integral possui 160 páginas e vários anexos.

respondem pela preservação do patrimônio arqueológico; a normalização das políticas públicas de proteção e gestão do patrimônio arqueológico; a descentralização dos procedimentos e um maior comprometimento das unidades descentralizadas do IPHAN com a variável arqueológica do patrimônio cultural; maior ênfase em programas de educação e valorização patrimonial e em projetos de inclusão das comunidades e de grupos vulneráveis na pesquisa arqueológica; o enfrentamento das antigas formas de ver e fazer arqueologia; um maior comprometimento das elites dominantes, intelectuais e políticas com o patrimônio arqueológico e a busca de fontes alternativas de recursos para a arqueologia, tais como o turismo arqueológico e a obrigação de que os empreendimentos que lesem bens arqueológicos sejam obrigados a medidas compensatórias que revertam em prol da arqueologia e do fortalecimento do órgão de proteção ao patrimônio arqueológico.